

Texto 13

FLORESTA, Nisia. *Opúsculo humanitário*. Rio de Janeiro, Typographia de M. A. Silva Lima, 1853.
GOES BITTENCOURT, Anna Ribeiro de. *Longos serões do campo: infância e juventude*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992.
LIMA DUARTE, Constance. *Nisia Floresta: vida e obra*. Natal. UFRN — Ed. Universitária, 1995.
PAES DE BARROS, Maria. *No tempo de dantes*. São Paulo, Brasiliense, 1946.

FREITAS, Marcos C. (org.). *História Social da infância no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Bragança Paulista: Cortez, EDUSF, 2001.

A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950

Maria Luiza Marcilio

Introdução

A roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados.

Mas essa instituição cumpriu importante papel. Quase por século e meio a roda de expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. É bem verdade que, na época colonial, as municipalidades deveriam, por imposição das Ordenações do Reino, amparar toda criança abandonada em seu território. No entanto, esta assistência, quando existiu, não criou nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados. As câmaras que ampararam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças.

O sistema de rodas de expostos foi inventado na Europa medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato

do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, a maioria das crianças morriam de fome, de frio ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas.

A toda de expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança: a menos que trouxesse consigo um escrivão — fato muito corrente — que informava à rodadeira de que o bebê já estava batizado. Mas se os responsáveis da instituição tivessem qualquer dúvida sobre a validade desse batismo, batizavam de novo, *sub conditionem*, como mandavam as melhores leis do Direito canônico.

Em Portugal, as rodas de expostos foram instaladas pela primeira vez, igualmente, na Idade Média, em seus últimos momentos. Seguiram elas os modelos criados na Itália, pelos quais introduziram a primeira roda em Lisboa, nos muros do Hospital Geral de Todos os Santos. Desta forma, quando se iniciou a colonização do Brasil, Portugal já conhecia e havia estruturado sua roda de enjeitados. Todo império ultramarino acabou adotando, bem mais tarde, a mesma instituição, em algumas de suas principais cidades, copiando sempre o modelo da roda de Lisboa, administrada pela Santa Casa de Misericórdia e com subvenções da Câmara municipal.

Durante a época colonial, foram implantadas três rodas de expostos no Brasil, em suas cidades mais importantes: a primeira em Salvador, logo a seguir outra no Rio de Janeiro e a última em Recife. Todas no século XVIII.

Mas o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira. Só que antes da roda os meninos abandonados supostamente deveriam ser assistidos pelas câmaras municipais. Raramente as municipalidades assumiram a responsabilidade por seus pequenos abandonados. Alegavam quase todas falta de recursos. Havia de fato descaso, omissão, pouca disposição para com esse serviço que dava muito trabalho. A maioria dos bebês que iam sendo largados por todo lado acabavam por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Essas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita; desta forma, melhor do que a escrava.

Na realidade, a quase totalidade destes pequenos expostos nem chegavam à idade adulta. A mortalidade dos expostos, assistidos pelas rodas, pelas câmaras ou criados em famílias substitutas, sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil, em todos os tempos — incluindo neles os escravos, como já tivemos oportunidade de comprovar.¹

Vendo o fenômeno do abandono de crianças na perspectiva histórica ampla, abrangente, podemos afirmar, sem incorrer em grandes erros, que a maioria das crianças que os pais abandonaram não foram assistidas por instituições especializadas. Elas foram acolhidas por famílias substitutas. No entanto, bem entrado neste nosso século, último deste milênio, os chamados até bem recentemente "filhos de criação" não tinham seus direitos garantidos pela lei.

Neste trabalho apresentaremos apenas alguns aspectos particulares da história da assistência à infância abandonada no Brasil, aquela realizada pela velha roda dos expostos.

Este trabalho insere-se dentro de um projeto coletivo de pesquisas interdisciplinares, mais amplo, que elaborei e dirigi durante dez anos (1984-1994) no CEDHAL — Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, organismo interdepartamental que criamos na Universidade de São Paulo. O projeto intitulou-se: "Quatro séculos da História Social da Infância no Brasil". Dele resultaram quase uma centena de trabalhos publicados sob a forma de livros, artigos, capítulos de obras, comunicações em reuniões científicas nacionais e internacionais e teses de doutorado e mestrado na USP.

Dentro desse vasto projeto de investigação, eu mesma incumbi-me do estudo da história da infância abandonada, que contou com a participação de larga equipe de pesquisadores apoiados pelo CNPq, pela FINEP e pela FAPESP. Com estes auxílios pudemos nos deslocar para várias capitais brasileiras, à cata de dados em seus arquivos e em documentação a mais variada. Esrive inúmeras vezes em Salvador, no Rio de Janeiro e em Portugal, buscando e levantando dados de base, para poder construir o edifício trabalhoso de uma obra sobre a "História da infância abandonada" que ora estamos concluindo e que constará de dois volumes.

1. MARCLIO, M. L. Abandoned Children in Brazil: Infant mortality rates in the 19th Century. In: *Seminar on "Child and Infant Mortality in the Past, International Union for the Scientific Study on Population. Committee on Historical Demography.* Montreal, Canadá, 1992. 12 p. (Mimeo.)

Este projeto da criança abandonada na História mereceu o prêmio internacional John Simon Guggenheim.

Quero deixar aqui registrada minha imensa gratidão aos nossos agentes financiadores — FINER, FAPESP, CNPq —, ao prêmio Guggenheim, que tão justificadamente me envideceu e estimulou, a toda a equipe de alunos, e pesquisadores do CEDHAL (muitos dos quais são hoje brilhantes professores universitários) que, ao desvendarem os segredos dos arquivos das rodas de expostos, puderam se inteirar e compartilhar da sorte amarga de grande parte de nossa infância de ontem — enquanto se iniciavam nas técnicas e mistérios da pesquisa histórica de ponta — compreendendo, com a perspectiva diacrônica, a situação infelizmente ainda trágica de parte substancial das crianças de nosso país atual.

As rodas de expostos: origens

As rodas de expostos tiveram origem na Idade Média e na Itália.

Elas surgiram particularmente com a aparição das confrarias de caridade, no século XII, que se constituíram num espírito de sociedades de socorros mútuos, para a realização das Obras de Misericórdia (enumeradas no século anterior), que eram sete espirituais e sete materiais.²

Uma dessas confrarias, a do Santo Espírito nasceu em Montpellier, sul da França (entre 1160 e 1170) fundada pelo frei Guy, junto ao Hospital, para assistência aos pobres, aos peregrinos, aos doentes e aos expostos.

O papa Inocêncio III, chocado com o número de bebês encontrados mortos no Tibre, transferiu essa irmandade para Roma, criando o Hospital de Santa Maria in Saxia (1201-1204) e nomeando

2. *Essas Opera Pietatis* eram enumeradas na época sob forma de dois versos mnemônicos:

Visito-poto-rido-redimo-lego-colligo-conda

Consiile-carpe-dare-solare-remittit-fer-ora

"Eu visito, sacio, alimento, resgato, visto, curo, entero.

Aconselho, repreendo, ensino, consolo, perdoo, suporto, rezo."

Cf. VICAIRE, M. H. *La place des oeuvres de Misericordie dans la Pastorale en Pays d'Oc.*

frei Guy seu *Mestre Magister commendator* (cabeça da ordem). Nasceu assim o primeiro hospital destinado a acolher as crianças abandonadas e assisti-las. Nele foi organizado um sistema institucional de proteção à criança exposta que logo seria copiado nas principais cidades italianas e em toda a Europa. Séculos depois seria exportado para outros continentes.

No Hospital de Roma, que recebia pobres, peregrinos doentes e leprosos, entravam os expostos, através de uma "roda", com um pequeno colchão, onde se depositavam os bebês, estando rigorosamente vedada a busca de informações sobre o expósito.

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expósito depositava a criança que enjetava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expósito furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

A origem desses cilindros rotatórios de madeira vinha dos ários ou vestígulos de mosteiros e de conventos medievais, usados então como meio de se enviar objetos, alimentos e mensagens aos seus residentes. Rodava-se o cilindro e as mercadorias iam para o interior da casa, sem que os internos vissem quem as deixara. A finalidade era a de se evitar todo contato dos religiosos enclausurados com o mundo exterior, garantindo-lhes a vida contemplativa escolhida.

Como os mosteiros medievais recebiam crianças doadas por seus pais, para o serviço de Deus — os chamados oblatos —, muitos pais que queriam abandonar um filho utilizaram a roda dos mosteiros para nela depositarem o bebê. Esperavam eles que o pequeno não só teria os cuidados dos monges, como seria batizado e poderia receber uma educação aprimorada (como no caso do oblatos).³

Desse uso indevido das rodas dos mosteiros, surgiria o uso da roda para receber os expostos, fixada nos muros dos hospitais que

3. BIOSWELL, J. incluí em seu belo livro um vasto e documentado estudo sobre a Oblation, instituição de doação de filhos pelos pais no serviço dos mosteiros, durante a Idade Média.

foram sendo criados a partir dos séculos XII e XIII, para cuidar dos meninos abandonados.

A Confraria do Espírito chegou em Portugal dedicando-se desde sua vinda às obras piedosas: acolher e tratar dos peregrinos e doentes, distribuir sopas aos pobres, enterrar os mortos, visitar prisioneiros, cuidar dos expostos etc.

As primeiras instituições de assistência direta à criança abandonada, em Portugal, foram criadas mediante os esforços conjugados da sociedade, do clero e da Coroa, no momento em que surgiram as confrarias e as corporações de ofícios. A ação decisiva, no início, partiu das mulheres da alta nobreza, infantas e rainhas.

Em 1273, a rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso II de Castela, sensibilizada com a dramática situação dos bebês órfãos e abandonados que muitas vezes morriam ao relento, sem assistência e sem batismo, fundou o Hospital dos meninos órfãos de Lisboa. Erguido na rua da Porta de S. Vicente da Mouraria, o *Ecclesia innocens Hospitalis puerorum* destinava-se a recolher os expostos e velar pelo seu bem-estar físico e moral, preparando-os para ganhar seu próprio sustento, na juventude.

Uma segunda casa para expostos — o Hospital de Santa Maria dos Inocentes de Santarém — surgiu em 1321, por iniciativa da rainha D. Isabel, mulher de D. Dinis.⁴ Pouco tempo depois, esta mesma rainha criava em Coimbra a Real Casa dos Expostos.⁵

Mas de todas as iniciativas medievais portuguesas criadas para amparar as crianças que se abandonavam cada vez em maior número, a mais importante e de duração secular foi, sem dúvida, aquela da confraria da caridade da Piedade, instalada na Sé de Lisboa desde o século XII. Essa confraria foi formada por homens da alta elite que se dedicavam a recolher esmolas para amparar a pobreza e o sofrimento de toda ordem. Deste primeiro núcleo surgiu, em 1498, por obra do frei Miguel de Contreras, confessor da rainha e apoiada pela mesma rainha D. Leonor de Lancaster, a Irmandade da Misericórdia. Redigido pelo frei Contreras, seu primeiro compromisso incluíu o amparo à criança exposta.

4. ALVIM, M. Helena V. B. e. Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas. *Revista de História* (Universidade de Lisboa), 1994, 1: 147-166, p.160.

5. RIBEIRO, Victor. *A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa* (subsídios para sua história) 1498-1898. Lisboa, Academia Real de Ciências de Lisboa, 1902.

Por sua vez, em Lisboa mesmo e desde 1492, existia o Hospital de Todos os Santos, organizado segundo o modelo de hospitais de Florença, Itália, que atendiam também os expostos.

Assim, no início do século XVI havia em Lisboa duas grandes instituições de assistência aos pequenos abandonados: a Irmandade da Misericórdia e o Hospital de Todos os Santos, ao lado de outras pequeninas instituições remanescentes da época medieval e que logo desapareceram.

* Conflitos surgiram entre as duas maiores instituições de Lisboa, nesse mesmo século, cada uma reivindicando o monopólio da assistência aos pequenos desamparados. Para acabar com o problema e estruturar melhor a assistência aos expostos, D. Manuel decretou (1543) que a Confraria da Misericórdia se incumbisse dos expostos que estavam a cargo do Hospital Real de Todos os Santos. A partir de então, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa passou a incorporar em seus compromissos a assistência à infância abandonada e a institucionalizar esse serviço, dentro da melhor forma da assistência caritativa.

A Câmara municipal deveria arcar com a parte substantiva da assistência através de um subsídio anual. Este foi outro ponto de constante atrito, entre a Santa Casa e a Câmara de Lisboa. Em 1635, Filipe III deu um ultimato à Câmara: ou esta assumia integralmente a responsabilidade sobre todos os expostos de Lisboa, ou deveria auxiliar a Santa Casa com a ajuda anual de 689\$360. A Câmara finalmente acabou por aceitar estes últimos termos em 1637. Em 1657 uma casa de expostos foi fundada em Lisboa, para assistir aos expostos deixados na roda.⁶ Essa sistemática foi seguida por outras Misericórdias do Reino.

A tradição passou para o Brasil quando, no século XVIII, se reivindicou à coroa a permissão de se estabelecer uma primeira roda de expostos na cidade de Salvador da Bahia, junto à sua Misericórdia e nos moldes daquela de Lisboa.

Inicialmente foram feitas pressões para que a Santa Casa da Bahia aceitasse estabelecer uma roda de expostos. Estas pressões iniciaram-se com o governador Dom João de Lancaster (1694-1702) e continuaram, anos depois, com o vice-rei Vasco Fernandes Cezar

6. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and Philanthropists. The Santa Casa de Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. Berkeley, University of California Press, 1968, p.297.

de Menezes. As autoridades estavam preocupadas com o crescente fenômeno do abandono de bebês pela cidade de Salvador. O objetivo era o de "evitar-se o horror e deshumanidade que então praticava-se com alguns recém-nascidos, as ingratas e desamorzadas mães, desassistindo-os de si, e considerando-as a expor as crianças em varios lugares imundos com a sombra da noite, e de quando amanhecia o dia se achavão mortas, e algumas devoradas pelos cães e outros animais, com lastimoso sentimento da piedade catholica, por se perderem aquelas almas pela falta do Sacramento do baptismo", conforme se lê nas atas da Mesa da Santa Casa, quando se rememorava a história da roda em 1844.⁷

Para convencer o rei a dar sua permissão para a abertura da roda da Bahia, o vice-rei argumentava em carta a ele dirigida em 1726: "Como a constituição do clima conduz muito para a liberdade, não faltam ociosos que se aproveitam dela, para continuarem na repetição dos vícios; destes procede haver tal numero de crianças expostas, que sem piedade as lançam nas ruas, e muitas em partes, donde a voracidade dos animais as consume". E afirmava que pediu ao provedor da Misericórdia que "erigisse uma roda, que era o único meio por que se podia evitar tanta impiedade".

A Santa Casa acabou aceitando a incumbência desde que o rei "concorresse com alguma esmola anual de sua fazenda e com o rudimento de um agougue".⁸

A roda de Salvador foi aberta então em 1726, ao pé da portaria do recolhimento das meninas, e o rei, sensibilizado com o estado da Santa Casa, sem recursos para atender os expostos, concedeu-lhe em 1731 um "subsídio anual de 400\$000rs. para a criação dessas crianças, sendo 200\$000rs pagos pelo rendimento do agougue e 200\$000rs pela Fazenda Pública".⁹

Na cidade do Rio de Janeiro foi instalada a segunda roda de expostos do Brasil, em 1738.

Com o aumento da exposição de crianças pelas ruas e casas de família, e as mesmas dificuldades materiais da Câmara para

origem
de roda
no Brasil

ampará-las, o governador Antonio Paes de Sande enviava petição ao rei, nos anos finais do século XVII, solicitando providências contra os atos desumanos de se abandonar crianças pelas ruas, onde eram comidas por cães, mortas de fome e sede. O monarca respondia-lhe favoravelmente atendendo às suas argumentações sobre "a pouca piedade que achaste nesta Capitania com as crianças engeitadas, achando-as muitas mortas ao desamparo, sem que a Misericórdia, nem os officiaes da Câmara os queira recolher, dizendo não terem rendas para os mandar criar" ... e ordenava ao Conselho da Câmara que tirasse de seus proventos o necessário para esse serviço.¹⁰ Cartas enérgicas do rei reiteravam à Câmara que cumprisse sua obrigação e dever de cuidar dos expostos. Esta não tinha recursos para tanto e não queria onerar o povo com novos tributos, como escrevia ao governador: "Por ordens repetidas de S. Magestade e expressa disposição da lei, deve este Senado lançar finta ao povo para criação dos expostos, que por não haver com que alimentem e se pague a quem os crie succede lançarem-nos ao desamparo pelas ruas e logares immundos e serem alguns tragados pelos caens, como se tem visto e examinado..."¹¹

Afinal, o governador compadecido com a sorte dos bebês abandonados resolve instalar a roda de expostos, administrada pela Santa Casa de Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro. Dois filantropos concorreram com legados para viabilizar a obra: Romão de Mattos Duarte (irmão da Misericórdia), natural da freguesia de S. Romão de Carvalhosa, em Portugal, que ofereceu a quantia de 32.000\$000 cruzados em "dinheiro de contado" e Ignacio da Silva Medella que "fez esmola, doação e traspasso na importância de 10.465\$624 reis".¹² De 1738, quando foi implantada, até 1821, às vésperas da Independência do país, a roda de expostos do Rio de Janeiro recebeu 8.713 crianças.¹³

O Senado da Câmara do Rio de Janeiro, por ordem expressa da rainha D. Maria I (1778), passou a contribuir com a quantia anual de 800\$000 para as despesas com os expostos da Misericórdia.

7. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Salvador. Ata da Mesa da S. Casa de Misericórdia da Bahia de 21-7-1844. Livro I, 1834-1846. Est. A, Livro 17.
8. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Caixa 34 (não catalogados). 1726. Ms.
9. DAMAZIO, Antonio Joaquim. *Tombamento dos bens immoveis da Santa Casa da Misericórdia da Bahia em 1862...* Bahia, Typographia de Camillo, 1865, p. 60.

10. Apud FAZENDA, Jose Vieira. A Roda (Casa dos expostos). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LXXV, 1903: 153-181, (p.160).
11. *Id.*, *ibid.*, p.164.
12. *Ibid.*, p.165.
13. ZARUR, Dahas. *Educandário Romão de Mattos Duarte*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1992, p.9.

A terceira e última roda do período colonial foi instalada na Santa Casa de Misericórdia do Recife, em finais do século XVIII (11/05/1789).

Foi o governador de Pernambuco, Thomaz Jozé de Mello quem, em carta dirigida ao Conselho Ultramarino de Lisboa, procurou persuadir as autoridades da necessidade de se criar uma roda e casa de expostos, conseguindo a aprovação de seu plano. No primeiro ano de seu funcionamento a casa "já continha quarenta meninos que tem sido recolhidos, e dados a criar a amas de leite".¹⁴

Com a Independência do Brasil continuaram a funcionar as três rodas coloniais. Da mesma forma viriam ainda as Ordenações Filipinas, pelas quais toda a assistência aos expostos era obrigação das câmaras municipais.

No entanto, assistir às crianças abandonadas sempre fora um serviço aceito com relutância pelas câmaras. Conseguiram estas fazer passar a Lei de 1828, chamada Lei dos Municípios,¹⁵ por onde se abria uma brecha para eximir algumas câmaras dessa sua pesada e incômoda obrigação. Em toda a cidade onde houvesse uma Misericórdia, a Câmara poderia usar de seus serviços para a instalação da roda e assistência aos enjeitados que recebesse. Nesta parceria, seria a Assembleia Legislativa provincial, e não mais a Câmara, quem entraria com um subsídio para auxiliar o trabalho da Misericórdia. De certa forma, estava-se oficializando a roda de expostos nas Misericórdias e colocando estas a serviço do Estado. Perdia-se, assim, o caráter caritativo da assistência, para inaugurar-se sua fase filantrópica, associando-se o público e o particular. Algumas rodas foram criadas por meio dessas disposições e por decisão superior.

Ao contrário do que se esperava com a Lei dos Municípios, as rodas não se multiplicaram tanto. Foram criadas apenas uma dezena delas em algumas poucas capitais de província ou cidades mais importantes.

Antes dessa lei, no entanto, uma roda foi instalada na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1825).

14. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Pernambuco. Cx. 83, 11-5-1789. Ver ainda VENANCIO, Renato P. *Casa da Roda: Institution d'Assistance Infantile au Brésil (XVIII^e — XIX^e siècles)*. Paris, Université de Paris IV, 1993. Tese de doutorado, mimeo, p. 451.

15. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828. Parte I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, p.85-6.

Por razões difíceis de explicar, a taxa de exposição de crianças na cidade de São Paulo, no início do século XIX, era das mais elevadas do Brasil. Entre 1741 a 1845, contamos 3.468 batizados de expostos na cidade de São Paulo, numa proporção de 15,9% de todos os nascimentos livres do período.¹⁶

Sensibilizado por esta realidade, o governador da Capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, em sua Memória escrita em 1800, lamentava que "nenhuma providência se tem dado a respeito dos meninos expostos". E essa falta de providências, ponderava, "he causa de muitos infanticídios, que ordinariamente acontecem, mas também de ficar a sociedade privada do bem, que lhe resultaria de os fazer educar, sendo muito poucos os que os mãos tratos dos particulares a cujas portas são lançados deixa viver". E reivindicava ao rei a permissão da abertura de uma roda e de uma casa de expostos, nos moldes da de Lisboa, que, sugere, poderia ser instalada na Fazenda de Santana que fora dos Jesuítas.¹⁷

Igual petição foi renovada pela esposa de outro governador geral da capitania paulista, D. Luísa Catarina Xiber de Horra, para a abertura de uma roda e casa de expostos em São Paulo, a fim de assistir ao número elevado de crianças enjeitadas na cidade.¹⁸ Mas a roda ainda não seria autorizada.

Em 1821, a Câmara da Cidade de São Paulo parecia interessada em instalar rapidamente uma roda. Escrevia ao sargento-mor pedindo plano para estabelecê-la: "exigimos de Vossa Mercê um plano em que nos proponha o modo mais facil de se conseguir e organizar tão útil estabelecimento cujo instituto, não tendo ainda sido praticado nesta provincia, esperamos das luzes, caridade e patriotismo de Vossa Mercê o desempenho...."¹⁹

Mas o Hospital de Caridade e a roda de expostos de São Paulo só foram implantados em 1825, na chácara dos ingleses, no

16. MARCLIO, M. Luíza. *La Ville de S. Paulo: peuplement et population. 1750-1850*. Rouen, Editions de l'Université de Rouen, 1968, p.183. Ver também, em edição nacional, *A cidade de S. Paulo*. Povoamento e População. 1750-1850. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973.

17. MENDONÇA, A. M. de M. C. e Memória economica-politica da Capitania de S. Paulo, 1800. 1^a Parte. *Anais do Museu Paulista*, XV, 1961: 81-247, p.104-6.

18. MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1509?-1884)*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976, p.179.

19. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Registro Geral, v. 16, 1821.

SP

Largo da Glória, em instalações acanhadas e pouco satisfatórias. A Câmara Municipal de São Paulo reultou em contribuir com as despesas da casa como era seu dever. Com a regulamentação do Conselho provincial ficou determinado que uma oitava parte das rendas da Câmara deveria ser enviada à casa da roda. A Câmara pagou esse subsídio apenas nos anos de 1827, 28 e 29. Com a Lei dos Municípios de 1828, a Câmara parou de pagar sua quota a partir de 1830:

Essa mesma lei foi feita também para incentivar a iniciativa particular a assumir a tarefa de criar as crianças abandonadas, liberando as municipalidades deste serviço. Com base nela surgiram, dentro de novo espírito filantrópico e utilitarista, algumas rodas de expostos. Quase todas essas foram de diminutas dimensões e de precárias condições para assistir os pobres pequenos enjeitados.

A primeira província a entrar nessa nova sistemática foi a do Rio Grande do Sul, que desde logo criou três rodas de expostos.

A primeira foi a de Porto Alegre. A Câmara local, pouco depois de promulgada a Lei dos Municípios, tentou passar a assistência aos expostos para a Misericórdia, que não aceitou.

A Assembléa Provincial terminou com a disputa entre as duas instituições e, pelo decreto provincial de 21/11/1837, impôs o encargo dos expostos à Santa Casa, criando aí a casa dos expostos. "Num dos muros abriam um buraco, colocaram do lado de dentro a Roda de madeira, em forma de tambor, com uma pequena abertura que girava em torno do eixo."²⁰ A infância desamparada da capital gaúcha encontrou, pela primeira vez, uma solução asilar de assistência.

O exemplo da capital frutificou no interior da província sulina. A Assembléa Provincial impôs a abertura de roda e casa de expostos nas cidades do Rio Grande (1838) e de Pelotas (1849). Ambas foram de pequena dimensão. A de Rio Grande, por exemplo, entre janeiro de 1839 e junho de 1858 recebeu apenas 125 expostos na roda: 64 meninos e 61 meninas.²¹ A roda de Pelotas, a menor das

três, desde sua fundação em 1849 até junho de 1858, recebeu 48 expostos.²²

Em outras províncias a lei de 1828 provocou a abertura de uma segunda roda. Na Bahia, ela foi instalada na década de 1840, na cidade de Cachoeira. Esta limitava-se a receber os expostos, encaminhá-los a amas-de-leite e prover seus salários. Quando os meninos voltavam da casa das amas, depois da fase de amamentação, a Misericórdia local, não tendo condições de asilá-los, enviava-os para a Misericórdia de Salvador. Parece que esta roda teve existência efêmera. Os documentos deixam de mencioná-la a partir da década de 1870.

Também em Pernambuco foi aberta uma segunda roda, na cidade de Olinda, chamada oficialmente de "filial" da de Recife. "A Roda filial, colocada no hospital de Misericórdia de Olinda, continua a receber os expostos daquela cidade, os quais pela rodeira ali existente são regularmente remetidos para aqui [Recife]."²³

Na Província do Rio de Janeiro, foi também criada uma segunda roda, na cidade de Campos. Nesta casa o número de expostos foi grande. Em 1870 e tinham 271 crianças e a Câmara subvencionava a roda com 1.200\$000 anuais.²⁴

Em Santa Catarina criou-se uma roda de expostos, na capital Desterro (Florianópolis), no ano de 1828. Nesta cidade foi a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos quem cuidou dos expostos (na falta de Misericórdia). O Compromisso (estatutos) da casa foram aprovados em 1840. Por ele a Irmandade "se comprometeo tratá-los com todo desvelo e caridade, como filhos da irmandade, fazendo-os visitar a miúdo por seu Mordomo dos expostos, socorrendo-os até que fossem engajados para aprenderem arte, ou officio, fazendo as possiveis diligencias para que desde a idade de 6 annos frequentassem as aulas de primeiras letras. Comprometeo-se a Irmandade arranjá-los as expostas ao serviço de familias honestas, promovendo-lhes casamentos, e agenciá-los dotes, ou esmolas para principio de um estabelecimento".²⁵

20. FLORES, Moneyr. A Casa dos expostos. *Estudos Ibero-americanos* (Porto Alegre), XI, (2) dez. 1985: 49-59, p.49. Ver também GERTZE, Jurema. *Infinancia em perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880*. Porto Alegre, PUC, 1990. Dissertação de mestrado.

21. Relatório de Presidente de Província do Rio Grande do Sul, 1858, p.55.

22. *Ibidem*.

23. Relatório de Presidente de Província de Pernambuco, 1846, p.11-2.

24. Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, 1870, p.30.

25. Relatório de Presidente de Província de Santa Catarina, 1854, p.13.

Subsidiada insuficientemente com verbas provinciais de 1:200\$rs anuais, em 1839, conforme nos informa o relatório de Presidente da Província, a casa de expostos do Desterro estava encalacrada de dividas em 1841, não contando com outros rendimentos. Teve vida curta também.

Uma pequena roda de expostos surgiu na cidade de Vitória do Espírito Santo, mantida pela Misericórdia local, onde "felizmente para a Província o numero de expostos é limitadíssimo. Actualmente [1862] não excede de 6, e ainda desses, 4 se achão entregues aos cuidados de famílias caridosas".²⁶

Pequena também foi a roda de expostos do Mato Grosso, da cidade de Cuiabá, criada em 1833, junto à Misericórdia. "Nos primeiros annos, lançaram-se alguns innocentes" — dizia o relatório provincial — "causas, porem, que ignoro, fizzeição há muito cessar este beneficio publico, pois ha mais de 16 annos nenhum exposto tem recebido a Sta Casa".²⁷ No ano de 1839 só foram deixados três bebês na roda (um menino e duas meninas). Depois parece não se deixou mais nenhuma criança, emboira continuasse o costume de se abandonar meninos recém-nascidos "na porta de casas de particulares". A provedoria attribuía esse fato à colocação da roda muito próxima do Hospital Militar, local muito frequentado à noite.²⁸

Assim, encontramos treze rodas de expostos no Brasil: três criadas no século XVIII (Salvador, Rio de Janeiro, Recife), uma no início do Império (São Paulo); todas as demais foram criadas no rastro da Lei dos Municípios que isentava a Câmara da responsabilidade pelos expostos, desde que na cidade houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que se incumbisse desses pequenos desamparados. Neste caso estiveram as rodas de expostos das cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), de Cachoeira (BA), de Olinda (PB); de Campos (RJ), Vitória (ES), Desterro (SC) e Cuiabá (MT). Essas oito últimas tiveram vida curta; na década de 1870 essas pequenas rodas praticamente já haviam deixado de funcionar. Subsistiram apenas as maiores.

26. Relatório de Presidente de Província do Espírito Santo, 1862, p.20.

27. Relatório de Presidente da Província do Mato Grosso, 1878. Anexo Roda d'Expostos.

28. Relatório de Presidente de Província do Mato Grosso, 1852, p.38.

O encargo com os expostos era uma tarefa pesada, custosa e difícil para as Santas Casas de Misericórdia. Durante a época colonial era frequente que o espírito de caridade da população ajudasse a manter essas instituições. Homens proprietários, preocupados com a salvação de suas almas, deixavam em seus testamentos legados e esmolas para as Misericórdias, muitos designando-os expressamente para a ajuda na criação dos expostos, ou para prover dotes às mocinhas desamparadas da casa dos expostos.

Com o século XIX chega a influência da filosofia das luzes, do utilitarismo, da medicina higienista, das novas formas de se exercer a filantropia e do liberalismo, diminuindo drasticamente as formas antigas de caridade e solidariedade para com os mais pobres e desvalidos. As Misericórdias ressentiram-se desses novos comportamentos, exatamente no momento em que as províncias obrigavam que prestassem o serviço de assistência aos expostos. Mesmo que as assembleias provinciais passassem a subsidiar esse trabalho, as verbas dotadas foram sempre muito aquém das necessidades e muitas vezes nem elas chegavam regularmente aos destinatários.

Para contornar as dificuldades que se avolumaram em quase todas as casas de expostos em meados do século passado, e para melhorar a assistência aos pequeninos, que por toda parte estava deteriorada, os bispos buscaram uma solução. Com o apoio dos governos provinciais, foram trazidas da França as irmãs de caridade de São José de Chamberry e mais tarde as irmãs de caridade de São Vicente de Paula para assumirem a administração das casas e rodas de expostos de Salvador, do Rio de Janeiro e de outras mais. As filhas de caridade tornaram-se valiosas colaboradoras dos bispos D. Romualdo Seixas da Bahia; D. Luis Antonio dos Santos, no Ceará; D. Cardoso Aires em Pernambuco; D. Pedro Maria de Lacerda, no Rio de Janeiro. O sucesso da iniciativa foi tão grande que levou os demais presidentes de Província e bispos a adotarem a mesma solução. Foram trazidas além das irmãs vicentinas e de São José de Chamberry, as religiosas Dorotéias, as filhas de Santana, as irmãs franciscanas da Caridade e da Penitência, todas durante o segundo reinado.²⁹

29. AZZI, Rioldando. *A Igreja e o menor na história social brasileira*. São Paulo, Paulinas; CEHILA, 1992, p.64.

Este é outro aspecto a assinalar no caráter da assistência ao menor a partir dos anos de 1830. Essa vai rapidamente deixando de ser uma ação descentralizada e em mãos das municipalidades e de confrarias de leigos. As províncias vão sendo forçadas a subvencionar essa assistência e a contratar os serviços das Santas Casas e/ou das ordens religiosas femininas para cuidar das crianças con-finadas nas casas de expostos.

Em meados do século XIX, seguindo os rumos da Europa liberal, que fundava cada vez mais sua fé no progresso contínuo, na ordem e na ciência, começou forte campanha para a abolição da roda dos expostos. Esta passou a ser considerada imoral e contra os interesses do Estado. Aqui no Brasil igualmente iniciou-se movimento para sua extinção. Ele partiu inicialmente dos médicos higienistas, horrorizados com os altíssimos níveis de mortalidade reinantes dentro das casas de expostos. Vidas úteis estavam sendo perdidas para o Estado. Mas o movimento inseriu-se também na onda pela melhoria da raça humana, levantada com base nas teorias evolucionistas, pelos eugenistas.

Os esforços para extinguir as rodas no país tiveram a adesão dos juristas, que começaram a pensar em novas leis para proteger a criança abandonada e para corrigir a questão social que começava a perturbar a sociedade: a da adolescência infratora. Por sua vez os homens de letras apontavam em romances sociais a imoralidade da roda.³⁰

O movimento contra as rodas de expostos, mais fraco no Brasil do que na Europa, não foi suficiente para extinguí-las no século XIX. As mais importantes sobreviveram no século XX. A do Rio de Janeiro foi fechada em 1938, a de Porto Alegre em 1940, as de São Paulo e de Salvador sobreviveram até a década de 1950, sendo as últimas do gênero existentes nessa época em todo o mundo ocidental.

As crianças abandonadas

As rodas de expostos foram, assim, muito poucas em número, insuficientes para atender à demanda de todas as épocas. Para

começar foram criadas tardiamente, apenas no século XVIII e, mesmo assim, até inícios do século XIX, só havia roda em três cidades capitais. Foi, portanto, um fenômeno essencialmente urbano e pontual.

Nas cidades onde não houve a assistência institucionalizada das rodas eram as câmaras, por exigência legal, as responsáveis únicas pela criação dos expostos. Obrigação que todas viam como um encargo acima de suas possibilidades materiais e organizacionais. Aquelas que cumpriram as leis, atenderam a parcela ínfima das crianças abandonadas em espaço físico próprio. A Câmara da cidade de São Paulo, por exemplo, até 1850 (período que analisamos em nosso primeiro livro já citado), conforme registro em várias de suas atas e desde o século XVI, atendia esporadicamente tão-somente a um ou dois expostos por ano, pagando irregularmente amas-de-leite para criá-los. Isto, apesar dos seus elevados índices de exposição de crianças. A justificativa constante era falta de recursos. A rica Câmara de Ouro Preto, no século XVIII atendeu a apenas 30% de seus expostos, segundo Renato Pinto Venâncio. A municipalidade pagava 24 oitavas de ouro por ano à ama-de-leite, contratada para cuidar dos bebês até os três anos de idade. Nos quatro anos subsequentes a Câmara pagava 16 oitavas anuais à ama de criança.³¹ Em Salvador da Bahia, antes da criação da roda dos enjeitados, em 136 anos a Câmara só manteve perto de 50 enjeitados, e dava 80rs por dia para a sustentação de cada um, no decurso de 3 anos.³² A Câmara de Mariana teve o cuidado de registrar os expostos que criava, entre os anos de 1776 e 1833. Nesse período foram expostos em casas de famílias 983 bebês. Destes, apenas 36 (3,6%) não ficaram com as famílias que os encontraram em suas portas, sendo assistidos pela Câmara.³²

Quem se ocupava então da maioria dos expostos?

Parte considerável deles acabava por morrer, logo após o abandono, por fome, frio ou comidos por animais, antes de poderem encontrar uma alma caridosa que os recolhesse dos caninhos, portas de igrejas ou de casas, praças públicas ou até em monturos de lixos. Vários são os testemunhos deixados que comprovam estas afirmações.

31. DAMAZIO, Antonio Joaquim. *Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862*, organizador, sendo depois provedor, o irmão Manuel Jose de Figueiredo Leite. Bahia, Typographia de Camillo, 1865.

32. Arquivo de Câmara de Mariana, MG. Livro de Matrícula de Expostos. Cód. 181-157-343-538. Ms.

Além dos já mencionados não queremos deixar de reproduzir o do governador da Capitania de São Paulo, em 1803, Antonio Joze da Franca e Horta. Escrevia este governador ao vice-rei sobre a "precisão q. há de Caza para os Expostos: são muitos os infelizes [sic], e muitos os q. na Cidade de San Paulo, e em Santos se encontram dislaçados por Aninaes, quando de noite expostos sem Cautelas nas Portaias das Commonidades, outros semi vivos em dezamparo na rua, e só renidos por alguma não-benefica q. os encontra".³³

As crianças que eram encontradas e que não recebiam a proteção devida pela Câmara ou pela roda dos expostos acabavam sendo acolhidas em famílias que as criavam por dever de caridade ou por compaixão.

A prática de criar filhos alheios sempre, e em todos os tempos, foi amplamente difundida e aceita no Brasil. São inclusive raras as famílias brasileiras que, mesmo antes de existir o estatuto da adoção, não possuíam um filho de criação em seu seio.

Carlos Bacellar fez um estudo original, buscando analisar as crianças expostas da Vila de Sorocaba, São Paulo (séculos XVIII e XIX), por intermédio das famílias dessa comunidade cuja história reconstituiu. Nessa vila não houve roda de expostos e a Câmara, segundo o autor, foi sempre negligente com sua obrigação de cuidar dos expostos.

Nestas condições, os expostos da Vila de Sorocaba — como ocorreu na quase totalidade dos municípios brasileiros — foram assistidos por famílias que os "adotaram". A maioria deles (80%) foi acolhida por famílias da área rural. Além disso, um terço dos expostos foi criado por domicílios chefiados por mulheres, em sua maioria vivívas. Outro fato que chama atenção: o expostor buscava de preferência domicílios chefiados por homens mais velhos. Na época do abandono do bebê, os chefes da família receptora tinham em média 47,8 anos, e as mulheres chefes de famílias 44,5 anos. Dos 313 domicílios de Sorocaba que receberam expostos, Bacellar constatou que apenas 18 deles possuíam chefes com idades inferiores a 24 anos.

Não se buscava apenas as famílias ricas para se deixar um bebê em sua porta. Abandonava-se o filho em casas de senhores

de engenho, é bem verdade, mas também em casas de humildes roceiros, costureiras, fiandeiras, e mesmo de prostitutas e mendigos. De resto 88,4% dos expostos de Sorocaba foram deixados em casas de famílias que não possuíam um único escravo. Eram pobres pois, mostrando serem elas as mais sensíveis no acolhimento dos pobres abandonados e ainda mais, que viam nesse ato um dever cristão, uma forma de praticar a caridade.³⁴

As crianças expostas em casas de famílias muitas vezes eram recensoadas, nas listas de habitantes de finais do século XVIII e princípios do XIX junto com a lista dos filhos legítimos da família, sem distinção. Isto pode mostrar que, nestes casos, a família os havia incorporado como filhos. Este fato era recorrente entre os roceiros e sítiantes pobres, que praticamente nenhuma preocupação tinham com a transmissão de propriedades. A herança sempre foi o nó para a aceitação dos expostos (e dos filhos naturais) como filhos pelas famílias. Está na essência do sistema dominante.

No entanto, famílias estérteis ou que só puderam ter um ou dois filhos, acabavam "adotando" uma criança abandonada. É bem verdade que nem as Ordenações do Reino, nem a legislação brasileira anterior ao primeiro Código Civil (1916) incluíam o estatuto da adoção. Mesmo assim, essas famílias utilizaram a prática da adoção e definiram mesmo, como descobriu Bacellar, em Sorocaba, o termo do Direito Romano, para os filhos que "adotaram". Foi o caso do alferes Francisco de Almeida Paes, rico proprietário sorocabano, que teve uma única filha Andreza em 1774. Por isso, acabou adotando declaradamente cerca de quatro expostos. Seriam mesmo crianças expostas, pergunto, ou filhos adultérios do alferes? Não há maneira de saber. Mas houve outros casos encontrados, no difícil garimpo de Bacellar, como o do casal João Nunes Maciel, que não pôde ter filhos e que "adotou" três expostos, entre 1755 e 1765.³⁵

Em que proporção entravam os expostos no conjunto da população? Seria a exposição de bebês fenômeno periférico ou dominante na vida social brasileira?

Para responder a estas perguntas, já possuímos hoje um conjunto de pesquisas de Demografia Histórica, notadamente aquelas feitas

34. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). São Paulo, FFLCH-USP, 1994. Tese de doutorado, cap. 7 e 8.

35. Id., *ibid.*, p.333-4.

com base nos registros paroquiais de batizados, que nos permitem agulatar a extensão da prática da exposição de bebês em nossa história. Infelizmente, e em parte devido à imposição das fontes, essas pesquisas restringem-se ao período em torno de 1750 e 1850. Vejamos alguns destes resultados, listados por Venâncio e por nós.

Proporção de expostos nos nascimentos de crianças livres, em paróquias brasileiras³⁶

Paróquias	Período	% de Expostos
Sé do Rio de Janeiro	1745-1746	21.1
Jacarepaguá — RJ	1760-1799	3.0
Pilar Vila Rica — MG	1768-1782	10.2
Sé S. Paulo	1741-1845	15.9
N.S.Ó — SP	1805-1864	2.8
São Amaro — SP	1760-1809	9.3
Ubatuba — SP	1785-1830	0.6
Sorocaba — SP	1761-1770	5.2
Lapa, Curitiba — PR	1770-1829	5.2

As variações não decorriam apenas de cidade para cidade, mas igualmente entre as áreas urbana e rural. Em Ubatuba, por exemplo, vila predominantemente constituída de pequenas roças de subsistência, dificilmente o calçara abandonava seus filhos. Vai aí também, com toda certeza, forte influência do índio nessa população de mamelucos, pois aquele nunca expunha seus bebês. Paróquias urbanas como a Sé de São Paulo, ou as centrais Sé ou São José da cidade do Rio de Janeiro apresentavam as maiores taxas de abandono de crianças. E, note-se que não fora a roda de expostos que estimulou a exposição de filhos nessas cidades, pois no caso de São Paulo o fenômeno já era de alta frequência, bem antes de sua roda ser instalada (1825).

No período de 1741 a 1755, os expostos representaram 14,8% dos nascimentos livres; entre 1771 e 1785, elevou-se para 21,4%; no período anterior à criação da roda, entre 1801 e 1815, essa frequência era de 15,64%.³⁷ De resto, foram estas minhas descobertas das elevadas taxas de exposição de crianças, numa vila pobre como era São Paulo na época, que muito me impressionou na época e que me levou, anos mais tarde, a conceber o projeto interdisciplinar sobre a história social da criança brasileira.

As variações fortes do fenômeno de abandono de crianças no Brasil não foram apenas regionais, mas se mostraram também ao longo do tempo. Pelos estudos existentes, podemos avançar, de forma ainda preliminar, que, embora presente em toda nossa História e mesmo apresentando taxas elevadas em alguns pontos, a exposição de bebês nunca chegou aos níveis brutais conhecidos na Europa do século XIX — época da exposição em massa de bebês. O que caracterizou a natalidade geral brasileira foi, isto sim, as elevadas taxas de ilegitimidade, presentes em praticamente todas as áreas e em todos os tempos. Considerando-se apenas o segmento livre da população, a ilegitimidade em São Paulo foi de 23,2% entre 1741 e 1755, conforme nosso estudo sobre a população dessa cidade. Ela foi muito mais elevada em Salvador, Recife e Vila Rica de Ouro Preto. Em Salvador, Bahia, na virada do século XVIII, 81,3% das crianças livres mulatas e 86,3% das negras que nasciam eram ilegítimas, contra 33% das brancas.³⁸

As crianças assistidas pelas todas de expostos, minoritárias no conjunto da infância abandonada do país nos séculos XVIII, XIX e mesmo no XX, foi no entanto a melhor documentada, mesmo considerando-se todos os demais segmentos da população infantil. Esta instituição manteve sempre uma variedade de livros de registros individuais das crianças expostas sob sua proteção. Na maioria dos casos, os expostos eram acompanhados em toda sua vida, registrando-se nos livros os importantes momentos de sua vida e da morte. Essa riqueza de informes individuais, só muito recentemente desco-

36. Ver MARCILIO, M. L. e VENÂNCIO, R. P. Crianças abandonadas e primitivas formas de sua proteção. Séculos XVIII e XIX. Brasil. In: WOUDE, Ad van der. *The role of the state and public opinion in sexual attitudes and demographic behavior*. Paris, CIDH, 1990: 509-519 onde estão arroladas todas as fontes. Para Sorocaba BACEL-LAR, C. A. P. op. cit. p.281.

37. MARCILIO, M. Luiza. *La Ville de S. Paulo*, op. cit., p.184.

38. MATTOSO, Katia Queiroz. *Au Nouveau Monde: une Province d'un Nouveau Empire: Bahia au XIX^e siècle*. Paris, Université de Paris IV, 1986, 5 v. These Doctorat d'Etat. v.1, p.229.

bera, é que vem possibilitando na Europa e entre nós a multiplicação de trabalhos sobre a infância da roda. Analisaremos aqui alguns poucos aspectos da vida das crianças abandonadas nas rodas.

A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, evitando-se, na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade.

A criança depositada na roda, recolhida pela rodeira, era logo batizada. Fazia-se um inventário de todos os eventuais pertences que trazia consigo, inscrevia-se no livro de entrada dos expostos cada uma das peças do vestuário e objetos que vestia ou foram colocados juntos a si, mesmo sendo apenas farrapos. Transcreviam-se os bilhetes ou escritinhos que eventualmente o expositor deixava preso à roupa do bebê. No livro de entradas dos expostos, já registavam a criança com seu nome de batismo, e por vezes suas condições de saúde aparentes. A cada criança reservava-se uma página do grande livro de registros de entradas, pois todas as eventualidades de sua vida seriam cronologicamente aí inscritas (data da morte e *causa mortis*, saídas para casas de amas, para prestar serviços, casamento, emancipação da casa etc.).

No batismo buscava-se um nome para o exposto. Normalmente eram eles extraídos do calendário dos santos da Igreja. Mas davam-se nomes pouco usuais na sociedade de então, inspirados em nomes latinos do império romano ou da Grécia antiga. Nos primeiros anos deste século já surgiam nomes fantasiosos e fora do comum: Dulcinéia, Ironides, Gisélia, Derivaldo, Afra, Florivaldo etc.

Foram poucos os casos de roda de expostos que tiveram condições de asilo para os expostos. Buscava a rodeira colocar logo o bebê recém-chegado em casa de uma ama-de-leite, onde ficaria em princípio, até a idade dos três anos. Mas procurava-se estimular a ama a manter para sempre a criança sob sua guarda. Neste caso, e até a idade dos 7 anos, em alguns casos, e de 12 anos, em outros, a Santa Casa pagava-lhes um estipêndio pequeno. A partir daí,

poder-se-ia explorar o trabalho da criança de forma remunerada, ou apenas em troca de casa e comida, como foi o caso mais comum. Eram as amas-de-leite em sua quase totalidade mulheres extremamente pobres, solteiras, ignorantes e residentes nas cidades. Algumas eram mulheres casadas ou escravas.

O sistema comportou sempre e em todos os lugares fraudes e abusos de toda sorte. Não foi raro o caso de mães levarem seus filhos na roda e logo a seguir ofereçam-se como amas-de-leite do próprio filho, só que agora ganhando para isso. Além disso, dentro da tradição do Direito Romano, toda criança escrava depositada na roda tornava-se livre; no entanto, muitos senhores mandaram suas escravas depositarem seus filhos na roda, depois irem buscá-los para serem amamentados com estipêndio e, finda a criação paga, continuarem com as crianças como escravas. Havia muitas vezes a convivência de pessoas de dentro da instituição.

Freqüente ainda era a ama-de-leite não declarar a morte de uma criança à Santa Casa e continuar por algum tempo recebendo o seu salário de ama, como se o bebê estivesse vivo.

As Misericórdias não tinham meios de manter um rígido controle sobre as crianças que protegia. Só cobriam os abusos nos raros casos em que recebiam denúncias. Algumas medidas foram tomadas para sanear o sistema. Uma delas foi a de trazer, na década de 1850, as irmãs francesas de caridade (inicialmente as da Ordem de S. José de Chambery e daquela das irmãs de caridade vicentinas) para assumirem a direção e educação das rodas de expostos.

Como as Misericórdias não podiam abrigar todas as crianças que voltavam do período de criação em casas de amas, e como, estas só em minoria aceitavam continuar criando as crianças, passado o período em que recebiam salários grande parte das crianças ficava sem ter para onde ir. Acabavam perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas ou de pequenos furtos. Assim, conforme um contemporâneo, "quando chegam à idade adulta, estão com o ânimo tão corrompido e com horror ao trabalho e lhes fica mais suave viver de latrocínios do que de seu suor".³⁹

39. RENDON, José de Arouche de Toledo. *Reflexões sobre o estado em que se achava a agricultura na Capitania de São Paulo*. DL, vol. 44: p.199-201.

Preocupada sempre com essa situação, a roda buscava casas de famílias que pudessem receber as crianças como aprendizes — no caso dos meninos — de algum ofício ou ocupação (ferreiro, sapateiro, caixeiro, balconista etc.) e, no caso das meninas, como empregadas domésticas. Para os meninos havia ainda a possibilidade de serem enviados para as Companhias de Aprendizes Marinheiros ou de Aprendizes do Arsenal da Guerra, verdadeiras escolas profissionaisizantes dos pequenos desvalidos, dentro de dura disciplina militar.

A construção de embarcações exigia a presença de trabalhadores diversos, especializados ou não especializados. Daí instalarem oficinas para os expostos se iniciarem em ofícios de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão e outros mais. No estaleiro a criança vivia ao lado de presos, escravos e degradados. Sua alimentação era tão fraca, à base quase só de farinha de mandioca, que acabavam definhando e muitas morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou as crianças do Arsenal da Marinha, a maioria delas “conia terra” e tinha o corpo enfraquecido pelos parasitas intestinais. O menino entrava “robusto, alegre, brincador, e bem nutrido e começava a definir, emagrecer, tornar-se triste, melancólico e adquirir uma cor pálida, macilenta, terrosa, amarelada... era a tuberculose que se aproximava”.⁴⁰ Venâncio contou 17 cidades brasileiras onde havia Companhia de Aprendizes Marinheiros.⁴¹

A menina, devido à preservação da honra e castidade, era alvo de maiores preocupações pela Santa Casa. Para elas foram criadas junto às maiores Misericórdias um Recolhimento de meninas órfãs e desvalidas que estivessem sempre muito ligadas às casas de expostos.

Em algumas cidades buscou-se ainda outras alternativas. Em Salvador foi criada em fins do século XVIII (1799) a Casa Pia e Seminário de São Joaquim, para “cuidar na sustentação e ensino de meninos orphãos e desvalidos, afim de que, convenientemente educados, e com profissões honestas venham depois a ser uteis a si e

40. MARINHO, D. Reflexões sobre a tuberculose do mesentério nos meninos do Arsenal. *Anuaire de Medicina Brasileira*, 1 (4), 1848, p.19-20. Apud: VENÂNCIO, R. P. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*. São Paulo, FFLCH-USP, 1988. Dissertação de mestrado.

41. VENÂNCIO, R. P. *Les institutions d'assistance aux enfants abandonnés au Brésil: XVIII^e e XIX^e siècles. Cahier du Brésil Contemporain* (Paris), 19: 9-24, p.15.

à nação, que muito lucrava com seus bons costumes e trabalho”...⁴² Seus fins estavam mesclados da moral cristã da caridade e da filantropia utilitarista, do bom aproveitamento do indivíduo para aumentar a riqueza da nação.

Durante todo o século XIX procurou-se uma parceria entre o Governo Provincial da Bahia e sua Casa Pia de São Joaquim, no sentido de esta receber meninos entre 7 e 12 anos e nela os manter por pelo menos seis anos. Recebiam instrução primária elementar, ensino profissionalizante, aulas de música e de desenho, e aprendiam o manejo de armas, dentro de disciplina militar.⁴³

Outro estabelecimento antigo foi tentado em Belém do Pará pelo jesuíta Gabriel Malagrida, mas não pôde ir em frente, durante sua vida, por falta de apoio do bispo de então. Suas idéias porém permaneceram e o frei Caetano Brandão pôde fundá-lo em 10 de junho de 1804, apoiado pelo novo bispo do Pará, D. Manoel de Almeida Carvalho. Foi então criado o Colégio de Nossa Senhora do Amparo para as meninas desvalidas. A partir de 1824, o colégio passou a receber regularmente ajuda de 200\$000rs do Tesouro provincial, “dando-se às meninas, ali admitidas educação e ensino, sustento, vestuário, médico, botico, etc.”⁴⁴

A partir dos anos de 1860, surgiram inúmeras instituições de proteção à infância desamparada. Uma Casa dos Educandos Artífices foi criada no Maranhão, em 1855. No Rio de Janeiro fundou-se o Instituto dos Menores Artesãos (1861); em Niterói (1882) foi fundado o Asilo para a Infância Desvalida; uma colônia agrícola surgiu em São Luís do Maranhão (1888). Colônias agrícolas “orphanológicas” foram criadas na Bahia, Fortaleza e Recife, seguindo o modelo das colônias de Mettray, da França ou de Red Hill, da Inglaterra.⁴⁵

42. Coleção das Leis do Império 1831. Actos do Poder Executivo, p.61.

43. Ver Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Salvador. Livro 3 de Actas da Mesa. Estante A. Livro 19, ata de 16.9.1860, onde se lê o novo contrato entre a Casa Pia e a Misericórdia para “admissão dos expostos maiores de sette annos, percebendo a dita Casa Pia por cada um tanto quanto lhe custia cada um dos seus, enquanto a Sta Casa não lhes poder dar outro destino, para melhor criação e educação”...

44. Relatório de Presidente da Provincia do Pará, 1885, p.10. Ver também AZZLI, Rioldando. *A Igreja e o menor na história social brasileira*. São Paulo, Paulinas/Cetilia, 1992, p.49 e ss.

45. Carta do Presidente da Provincia do Ceará ao Ministro da Agricultura. Fortaleza, 10.8.1880. *Boletim do Arquivo Público Estadual* (nova fase). Fortaleza, 5 (7-8), jan.-dez., 1985, p.169.

Em 1887 a cidade do Rio de Janeiro possuía uma lista considerável de estabelecimentos de abrigo e educação para menores desvalidos, de caráter público ou particular.⁴⁶

Estamos então nos inícios da nova fase assistencialista filantrópica, que foi preponderante entre nós até bem recentemente, nos anos de 1960. Houve gradualmente a substituição, em alguns casos, ou a convivência pacífica em muitos outros, da fé e da ciência.

A caridade, confrontada com uma nova realidade econômica e social, foi absorvendo objetivos e táticas da filantropia, como a "prevenção das desordens" por exemplo; a filantropia, por sua vez, não abandonou inteiramente os preceitos religiosos.

Além disso, ordens religiosas de caridade fundaram asilos e orfanatos por toda parte. Os salesianos criaram Liceus de Artes e Ofícios com a filosofia de prevenir e remediar os vícios e infrações dos menores, mediante o ensino profissional e remunerado. A Ordem de São Carlos veio para fundar asilos para os órfãos e desamparados, filhos de imigrantes europeus, como o Orphanato Christoforo Colombo, em São Paulo e outro em Vila Prudente.

Neste início de século, a maioria das pequenas rodas de expostos já havia desaparecido. Subsistiam no entanto as maiores, as de São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

A filantropia surgia como modelo assistencial, fundamentada na ciência, para substituir o modelo da caridade. Nesses termos, a filantropia atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil.

Associações filantrópicas foram sendo criadas, notadamente a partir dos anos de 1930, para amparo e assistência à infância desamparada. Uma delas, de grande ação, foi a Liga das Senhoras Católicas; outra foi o Rotary Club: ambas fundaram ou apoiaram inúmeras instituições asilares. Em São Paulo, atuação notável teve a Associação Pérola Byghon para atenção à infância desvalida.

A assistência filantrópica, particular e pública, imperava.

Só a partir dos anos de 1960 houve funda mudança de modelo e de orientação na assistência à infância abandonada. Começava a fase do *Estado do Bem-Estar*, com a criação da FUNABEM (1964), seguida da instalação, em vários estados, das FEBEMs. Com a Constituição Cidadã de 1988, inseriram-se em nossa sociedade os Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela ONU nos anos de 1950. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a LOAS (1993), o Estado assume enfim sua responsabilidade sobre a assistência à infância e à adolescência desvalidas, e estas tornam-se sujeitos de Direito, pela primeira vez na História.

46. Ver Cadastro das instituições para menores e associações de assistência pesquisas (1738-1930). Anexo in: RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil*. Uma análise de sua construção. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Santa Ursula, 1993, p.129-190.